

Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.856 - SP
(2019/0160184-4)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : THIAGO PEREIRA DIAS
AGRAVANTE : VILMA APARECIDA FERREIRA
ADVOGADO : FÁBIO PONCE DO AMARAL - SP169199
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por THIAGO PEREIRA DIAS e VILMA APARECIDA FERREIRA contra decisão singular da Presidência desta Corte superior que não conheceu do agravo interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu o recurso especial do acórdão da Apelação n. 3002748-81.2013.8.26.0071 (e-STJ fls. 506-507).

Em suas razões (e-STJ fls. 515-519), os agravantes pleiteiam a reconsideração do *decisum* ou a submissão do pleito ao Colegiado.

Em resposta (e-STJ fls. 535-538), o Ministério Público Federal pugnou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

A irresignação não merece ser conhecida.

Com efeito, consta dos autos que a decisão agravada foi publicada em 7/8/2019 (e-STJ fl. 508), ao passo que o presente regimental foi interposto apenas em 18/9/2019 (e-STJ fl. 515), ou seja, após o decurso do prazo de cinco dias previsto no art. 258 do Regimento Interno do STJ.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes deste Sodalício:

PROCESSUAL PENAL. AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. É intempestivo o agravo regimental interposto fora do prazo de 5 dias corridos, nos termos dos arts. 39 da Lei n. 8.038/90 e 258, caput, do RISTJ.

[...]

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg nos EDcl no AREsp n. 868.575/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/6/2017)

PROCESSO PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DO AGRADO REGIMENTAL. ART. 39 DA LEI N. 8.038/1990. CINCO DIAS. INTEMPESTIVIDADE. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. Aplica-se o disposto no art. 39 da Lei n. 8.038/1990, o qual fixa o prazo de 5 dias para a interposição do agravo regimental, que, no âmbito criminal, não foi alterado pelo Novo Código de Processo Civil. Precedentes da 3ª Seção.

2. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no RCD nos EDcl nos EDcl no AREsp n. 875.488/SP, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 28/4/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL INTEMPESTIVO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. A decisão atacada foi publicada no dia 3/4/2017 e o presente agravo regimental foi protocolizado em 24/4/2017, intempestivamente, portanto.

2. "O agravo contra decisão monocrática de Relator, em controvérsias que versam sobre matéria penal ou processual penal, nos tribunais superiores, não obedece às regras no novo CPC, referentes à contagem dos prazos em dias úteis (art. 219, Lei 13.105/2015) e ao estabelecimento de prazo de 15 (quinze) dias para todos os recursos, com exceção dos embargos de declaração" (AgRg na Rcl 30.714/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/4/2016, DJe 4/5/2016).

3. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp n. 972.137/MG, Rel. Min. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 9/6/2017).

Por essa razão, não se conhece do agravo regimental.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator